



CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO: UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES

BANK PAYROLL LOANS AND THEIR IMPACTS ON FINANCIAL COMMITMENT: AN ANALYSIS OF STATE MILITARY PERSONNEL FROM PARANÁ

CONSIGNACIÓN BANCARIA Y SUS IMPACTOS EN EL COMPROMISO FINANCIERO: UN ANÁLISIS DE LOS MILITARES ESTATALES DE PARANÁ

Mayara Naama Beatriz Gregarek¹

e585601

<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i8.5601>

PUBLICADO: 08/2024

RESUMO

Este estudo avaliou o comprometimento da renda dos militares estaduais do estado do Paraná em relação às consignações bancárias tendo em vista que o uso inadequado do crédito consignado é um desafio dos servidores públicos. Foram usadas duas bases de dados com informações pertinentes ao tema. A primeira da própria Diretoria de Pessoal da Polícia Militar do Estado do Paraná, cuja análise resultou no perfil sociodemográfico do efetivo, tendo sido analisadas informações como sexo, idade, valor do subsídio e escolaridade, além do quantitativo de contratações ativas e valor mensal total de descontos de parcelas de consignações bancárias na folha de pagamento. Da segunda base de dados, proveniente da Secretaria da Administração e Previdência do Estado do Paraná, foi possível analisar dados do percentual do efetivo que utiliza diferentes porcentagens da margem de crédito consignado disponibilizada. Concluiu-se, por fim, que 84% do efetivo tinha parcelas de consignado a vencer, ou seja, está endividado, bem como são, em sua maioria, homens de 39 anos com subsídio médio de R\$6.541,47 e ensino superior completo.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar. Crédito consignado. Endividamento.

ABSTRACT

This study evaluated the financial commitment of state military personnel in the state of Paraná regarding bank payroll loans, considering that the inadequate use of payroll loans is a challenge among public servants. Two databases with relevant information on the topic were used. The first, from the Personnel Directorate of the Paraná State Military Police, whose analysis resulted in the sociodemographic profile of the personnel, with information analyzed such as gender, age, subsidy amount, and education level, as well as the number of active contracts and the total monthly value of consignment installment deductions on the payroll. From the second database, provided by the Secretariat of Administration and Pension of the State of Paraná, it was possible to analyze data on the percentage of personnel that utilize different proportions of the available payroll loan margin. It was concluded, ultimately, that 84% of the personnel had consignment installments still to be paid, meaning they are in debt, and that the majority are males aged 39 with an average subsidy of R\$6,541.47 and a university degree.

KEYWORDS: Military Police. Payroll loan. Indebtedness.

RESUMEN

Este estudio evaluó el compromiso de los ingresos de los militares estatales del estado de Paraná en relación con las consignaciones bancarias, considerando que el uso inadecuado del crédito consignado es un desafío para los servidores públicos. Se utilizaron dos bases de datos con información pertinente al tema. La primera es de la propia Dirección de Personal de la Policía Militar del Estado de Paraná, cuyo análisis resultó en el perfil sociodemográfico del efectivo, habiéndose analizado información como sexo, edad, valor del subsidio y nivel educativo, además de la cantidad de contratos activos y el valor mensual total de los descuentos de las cuotas de consignaciones bancarias en la nómina. De la segunda base de datos, proveniente de la Secretaría de Administración y Previsión del Estado de

¹ Polícia Militar do Paraná - PMPR.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
Mayara Naama Beatriz Gregarek

Paraná, fue posible analizar datos sobre el porcentaje del efectivo que utiliza diferentes porcentajes del margen de crédito consignado disponible. Se concluyó, finalmente, que el 84% del efectivo tenía cuotas de consignado por vencer, es decir, estaba endeudado, y que en su mayoría eran hombres de 39 años con un subsidio promedio de R\$6.541,47 y educación superior completa.

PALABRAS CLAVE: *Policía Militar. Crédito consignado. Endeudamiento.*

INTRODUÇÃO

A situação financeira das famílias brasileiras é crítica. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), desde o ano de 2021, o percentual de famílias endividadas no Brasil está acima dos 76% (CNC, 2024). Além disso, cerca de 58% da população brasileira não se dedica à gerência das próprias finanças (Franco, 2018). Resta claro a falta de planejamento financeiro desses consumidores, que apresentam grandes dificuldades de gestão, enquanto a facilidade de acesso ao crédito ascende (Instituto Brasileiro de Economia, 2023), estimula o consumo, e proporciona uma obtenção fácil e rápida de bens e serviços. E, por fim, possibilita a capitalização do dinheiro, que quando mal planejada, pode resultar em dívidas (Silva, 2009; Frade, 2008).

O funcionalismo público, por sua vez, tem acesso ao crédito facilitado devido a sua condição de remuneração (Soares; Cavalhero; Trevisan, 2017) e reconhecida estabilidade funcional. Com a criação da Lei Federal nº 10.820 de 2003 (Brasil, 2003), o desconto de prestações em folha de pagamento foi regulamentado no âmbito nacional garantindo o baixo risco de inadimplência ao fornecedor de crédito. Sendo assim, a consignação bancária se popularizou rapidamente, - principalmente devido à baixa taxa de juros praticada - e, acumulada com gastos de outras pendências financeiras, apresenta forte relação com o endividamento (IDEC, 2021).

Portanto, a presente pesquisa visa analisar o comprometimento da renda dos servidores militares estaduais do Estado do Paraná em relação às consignações bancárias. De forma específica, buscará esclarecer qual o perfil sociodemográfico desse público, tendo em vista que a facilidade de acesso ao crédito combinada com o uso mal planejado devido à falta de cidadania financeira, é um desafio enfrentado pelos servidores.

Para tanto, o estudo foi estruturado em 4 (quatro) seções, a presente introdução. Seguida de uma revisão bibliográfica de trabalhos científicos relacionados às finanças a fim de conceituar o endividamento e o crédito, cuja compreensão é essencial para o entendimento da pesquisa. A terceira seção apresentará a base de dados que foi fornecida pela Diretoria de Pessoal da PMPR e pela Secretaria da Administração e Previdência do Estado do Paraná, as quais foram correlacionadas no estudo. Essa seção detalhará o perfil sociodemográfico destes tomadores de crédito, servindo de arcabouço para futuras intervenções. E por fim, a conclusão.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
Mayara Naama Beatriz Gregarek

ENDIVIDAMENTO

De acordo com Marques e Frade (Frade *et al.*, 2008), o endividamento é o saldo devedor de um agregado, o que significa dizer que endividamento é a utilização de recursos de terceiros para fins de consumo. Ao se apossar desse recurso, se estabelece um compromisso de devolução do montante com data estabelecida, normalmente acrescido de juros e correção monetária, o que pode aumentar os custos consideravelmente, conforme o valor do empréstimo e a quantidade de parcelas.

Já Richard Thaler (2016) define endividamento pessoal como a assunção de dívidas pelos indivíduos além de suas capacidades financeiras reais, não raras as vezes, devido a falhas comportamentais, como a tendência a superestimar a própria capacidade de pagamento ou ao desconsiderar possíveis custos futuros (Thaler, 2016).

Por fim, Angus Deaton definiu o endividamento pessoal como um processo pelo qual os indivíduos adquirem obrigações financeiras para parcelar suas despesas de consumo corrente, como moradia, transporte, educação e bens de consumo, comumente usando uma variedade de instrumentos financeiros disponíveis no mercado (Deaton, 1993).

Por fim, o *website* do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) no Brasil define que o endividamento ocorre quando existem empréstimos pendentes, compras parceladas no cartão de crédito ou boletos a serem pagos. Mesmo que os pagamentos estejam em dia, esses compromissos ainda são considerados dívidas. Encontrar-se nessa situação indica que a renda do consumidor está comprometida por um período específico e previamente estabelecido (SPC, 2024).

Uma gama de critérios pode ser avaliada para compreender o endividamento dos consumidores. São exemplos, o custo total da dívida, a relação dívida/renda, na qual é calculada a proporção entre a renda do indivíduo e o montante de dívidas, a presença de atrasos de pagamento, a diversidade de fontes de dívidas e o risco de liquidez, que diz respeito à capacidade do devedor em cumprir suas obrigações financeiras ao se deparar com imprevistos. Além desses, também devem ser avaliadas a dependência de renovações de crédito, como uso recorrente do cartão de crédito ou renovações de empréstimos, por exemplo (Cerbasi, 2015).

CRÉDITO

O termo *crédito* é usado para descrever um arranjo no qual dinheiro, mercadorias ou serviços são recebidos em troca da promessa de pagamento de uma retribuição em data futura, normalmente, com cobrança de juros (Garman, 2008). Ao se fazer um empréstimo é pago um preço pela utilização temporária do capital alheio, ou seja, existe uma cobrança pela obtenção imediata do dinheiro emprestado, cuja taxa é definida pelas partes no momento da contratação do produto financeiro (Calado *et al.*, 2018).

O consumidor tem diferentes opções de crédito, são exemplos: o próprio, o de instituições financeiras e o de cartões de crédito. Existe ainda a antecipação do 13º salário e a restituição do imposto de renda, além do cheque especial entre outras opções ofertadas pelas instituições (Time



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
Mayara Naama Beatriz Gregarek

Serasa, 2024). Em 2003, a Lei do Crédito Consignado, que autoriza desconto de prestações em folha de pagamento, foi promulgada (Brasil, 2003). No período compreendido entre os anos de 2003 e 2009, milhões de brasileiros ascenderam à classe social devido à democratização do crédito (Alves, 2016). Para disponibilização de crédito, o credor se utiliza de informações de contratações e pagamentos feitos anteriormente pelo indivíduo, relacionando o seu histórico de pagamento com a sua capacidade de honrar o compromisso feito (Serasa, 2024).

Com o objetivo de reunir informações sobre o consumo financeiro da população, foi criado o Cadastro Positivo, no ano de 2011. Sua base de dados vem sendo ampliada e aqueles consumidores que ainda não poderiam ascender a crédito, começaram a fazê-lo (Serasa, 2024). No mesmo compasso, a base de dados do Sistema Nacional de Crédito (SCR) também está sendo aprimorada, servindo de fonte de informações para as instituições financeiras (Instituto Brasileiro de Economia, 2023).

Os bancos praticamente dobraram as opções de crédito para diversos tomadores de empréstimo, oferecendo à maioria dos clientes, as vantagens do crédito pessoal pré-aprovado. De acordo com o *Easycard*, os bancos estão transformando pessoas que ganham até cinco salários-mínimos por mês em clientes privilegiados, o que incentiva de certa forma o endividamento (Claudino *et al.*, 2009).

CRÉDITO CONSIGNADO

Entre as opções de crédito disponíveis, o consignado é um tipo de empréstimo, conhecido como empréstimo com desconto em folha de pagamento (BCB, 2023). No Estado do Paraná é regido pela Lei Estadual nº 20.740, de 05 de outubro de 2021 e pelo Decreto Estadual 9.220, de 28 de outubro de 2021 (PARANÁ, 2021). Esta operação permite que parcelas das remunerações dos servidores sejam utilizadas como garantia de pagamento, pois são retidas direto da fonte de renda desses tomadores de crédito (BCB, 2023; IDEC, 2021).

É comum que os juros dessa modalidade de empréstimo sejam mais baixos comparados aos das demais, pois as chances de inadimplência se tornam praticamente nulas. Ou seja, o risco para a instituição financeira é reduzido, possibilitando à instituição ofertar menores taxas de juros, o que implica em condições vantajosas de pagamento ao tomador de crédito (IDEC, 2021).

Portanto, o crédito consignado traz flexibilidade de pagamento, dando a possibilidade de o consumidor ter acesso a produtos e experiências dispendiosos de formas mais acessíveis (Alves; Carvalho, 2020). Devido a sua popularidade, essa concessão de crédito tem apresentado forte relação com o crescente endividamento da população alcançada por esse benefício (IDEC, 2021).

Devido aos bons salários e estabilidade funcional, servidores públicos se tornaram alvo preferido de bancos e financeiras. São fornecidas aos servidores diversas modalidades de crédito, como o consignado, o limite de cheque especial, o crédito direto ao consumidor, o cartão de crédito, dentre outros (Guimarães; Gonçalves; Miranda, 2015).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
Mayara Naama Beatriz Gregarek

Apesar de a legislação fixar em 40% do subsídio o limite da margem consignável, ou seja, o limite de desconto de parcelas de empréstimo na folha de pagamento dos servidores paranaenses, estes têm a possibilidade de assumir outras dívidas pela disponibilidade de crédito que lhes é ofertada, fazendo o percentual de sua dívida mensal ultrapassar aquela limitação pré-estabelecida.

Um estudo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor aponta que tanto a margem consignável como o prazo para parcelamento de crédito sofreram uma crescente contínua no período compreendido entre os anos de 2003 e 2021 (IDEC, 2021). A Lei Federal nº 14.131, de 30 de março de 2021, que aumentou o percentual máximo para contratação de operações de crédito em folha de pagamento é um exemplo claro dessa ascensão (Brasil, 2021).

GESTÃO FINANCEIRA

Dessa forma, o uso indiscriminado de crédito pode culminar no endividamento dos seus usuários (BCB, 2024a). Quando utilizado sem critério e planejamento, tem a capacidade de comprometer uma parcela significativa do salário por um longo período de tempo, principalmente se combinado ao acúmulo de gastos e outras pendências financeiras (BCB, 2024b).

Aos olhos dos servidores, o acesso facilitado ao crédito, as baixas taxas de juros e a estabilidade funcional proporcionada pelo Estado podem potencializar o consumo, principalmente daqueles mais imediatistas, que buscam vivenciar um padrão de vida maior do que aquele que seria proporcionado pelo seu salário líquido. Isso tudo associado ao baixo letramento financeiro da população brasileira que, normalmente tem dificuldade na tomada de decisões conscientes sobre o dinheiro, é capaz de potencializar o endividamento pessoal. Há um sério descompasso entre a evolução do acesso ao crédito e a ascensão da educação financeira no país (Economia, 2023).

Segundo Fundo Monetário Internacional (FMI), a porcentagem da população brasileira com 15 anos ou mais, que fez algum tipo de empréstimo, se manteve estável no período de 2014 a 2017. Porém, em 2021 esse número passou de 40% para 59%, dado este que denota o atual despreparo financeiro da população brasileira, incluindo por óbvio, os servidores públicos (Economia, 2023).

Um erro comum dos devedores é focar no valor da parcela e ignorar o montante de juros que será cobrado nas transações, bem como, o período de tempo que irão manter seu salário comprometido com descontos na folha de pagamento. Decisões importantes acabam sendo tomadas sem a devida cidadania financeira, a qual deveria permitir ao cidadão gerenciar seus recursos de forma adequada (Economia, 2023).

Para minimizar essa dificuldade de gestão financeira da população foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), através do Decreto nº 7.379, do Governo Federal, em dezembro de 2010. Desde então, a criação da ENEF objetiva o fortalecimento do letramento financeiro com uma política pública que visa promover a educação financeira e previdenciária da população (Brasil, 2010). Porém, é evidente que os militares estaduais da ativa não tiveram essa oportunidade no



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
Mayara Naama Beatriz Gregarek

seu período escolar, motivo pelo qual se faz necessária uma intervenção institucional para atingir esse público.

Estudos na área de endividamento e crédito pessoal vêm sendo publicados desde 2019 no âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) demonstrando a preocupação de líderes com essa necessidade por parte da tropa (Barbosa, 2022; Jesus, 2023; Kaminari, 2022; Kulka, 2019; Wojciechowski, 2023).

No curso mais recente de formação de praças da PMPR foram realizadas palestras com os temas de qualidade de vida e educação financeira correlacionadas. Estas atingiram um público de 604 (seiscentos e quatro) policiais militares. Uma pesquisa posterior comprovou a efetividade das palestras no aumento de conhecimento e interesse autopercebido no assunto de finanças pessoais (Jesus, 2023).

De acordo com a PNAD/IBGE, a média salarial da população brasileira em março de 2023, era de R\$ 2.949,00 (dois mil novecentos e quarenta e nove reais), já a remuneração média de policiais militares no âmbito nacional foi de R\$ 4.784,85 (quatro mil setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), ou seja, 1,6 vezes maior que a média da população. Fica claro que 88,2% dos profissionais da segurança pública têm rendimentos líquidos acima da média populacional (Lima *et al.*, 2024). Entretanto, tal diferença salarial não implica, necessariamente, em uma taxa do endividamento menor por parte desse público, como será apresentado na posterior análise de dados.

Uma pesquisa na Polícia Militar da Paraíba também constatou que 68% das praças e 16% dos oficiais da corporação possuem alguma dívida (Lopes, 2019). Em uma simulação feita em 14 de junho de 2024 pela plataforma do PRConsig, um Soldado 1ª classe, com 8 anos de serviços prestados e subsídio bruto de R\$ 6.711,22, (seis mil setecentos e onze reais e vinte e dois centavos) foi liberado um crédito de até R\$96.201,87 parcelados em 96 vezes, com juros de 1,55% ao mês. Nesse cenário, este servidor, se efetivasse a contratação do consignado, pagaria o valor total de R\$187.726,08, somando, portanto, R\$91.524,21 apenas de juros a serem pagos.

Na próxima seção foram analisados dados do endividamento dos militares estaduais do Paraná que apresentam certa semelhança com a situação da coirmã paraibana.

ANÁLISE DE DADOS

A base de dados utilizada no estudo provém de um relatório detalhado e expedido pela Diretoria Pessoa (DP) da PMPR. Este relatório possui informações do efetivo da PMPR no mês de julho de 2023, o qual era composto pelo universo de 19.742 (dezenove mil setecentos e quarenta e dois) militares estaduais da ativa. Na época da coleta, o efetivo da corporação era constituído por policiais e bombeiros militares, tendo em vista que os bombeiros ainda pertenciam ao quadro funcional do efetivo da PMPR.

O Relatório de Resumo de Descontos Facultativos fornecido pela mesma Diretoria, também teve seus dados analisados concomitantemente. Deste documento, foi possível verificar o valor em



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

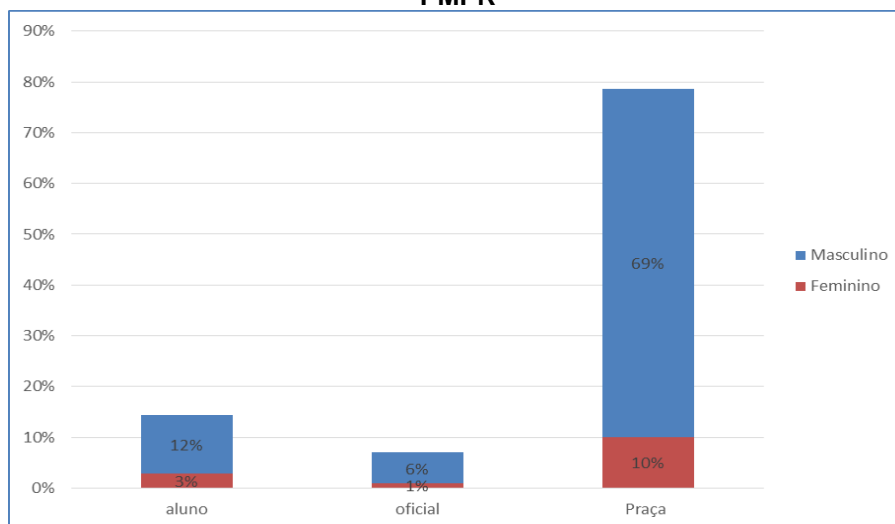
CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
Mayara Naama Beatriz Gregarek

reais dos descontos de parcelas de empréstimos consignados pagos no mês de julho de 2023 pelo mesmo universo pesquisado. Por fim, também foram analisados dados provenientes da Secretaria da Administração e Previdência (SEAP) referentes ao percentual de uso da margem consignável pelos militares estaduais no mês de agosto de 2023.

Para a compreensão do perfil sociodemográfico do universo, serão apresentadas características analisadas, tais como, sexo, idade, nível de escolaridade e percentual de praças e oficiais que compõem o efetivo militar estadual, juntamente com o valor de seus subsídios. A seleção dos dados utilizados no estudo foi baseada na disponibilidade das informações fornecidas à pesquisadora.

Primeiramente, percebe-se que o universo é majoritariamente masculino, já que as mulheres correspondem a apenas 14% do efetivo total. Há, também, uma predominância de homens com idade média de 39 anos, sendo que estes também prevalecem nas funções de liderança, as quais são exercidas por oficiais. Dentro da hierarquia militar, o efetivo é classificado em postos e graduações. As praças abrangem as graduações de soldado a subtenente. Aspirante a oficial é a graduação dada à praça especial, que antecede o oficialato. Porém, considerando o valor de seu salário e para fins didáticos da pesquisa, estes foram englobados na categoria “oficiais” na qual estão compreendidos ainda os postos de 2º Tenente a Coronel. Para fins didáticos, no grupo de alunos foram considerados os soldados de segunda classe, que estão em formação, e os cadetes de 1º a 3º ano, que fazem parte da Escola de Formação de Oficiais da PMPR. No quadro funcional de praças a predominância de homens é ainda maior, conforme Gráfico 1 que segue:

Gráfico 1: Distribuição percentual de homens e mulheres entre alunos, praças e oficiais da PMPR



Fonte: Diretoria de Pessoal da PMPR

Quanto à idade, foi possível verificar que a média das mulheres é de 36 anos, enquanto a dos homens corresponde a 39 anos. No que diz respeito ao nível educacional desses militares estaduais

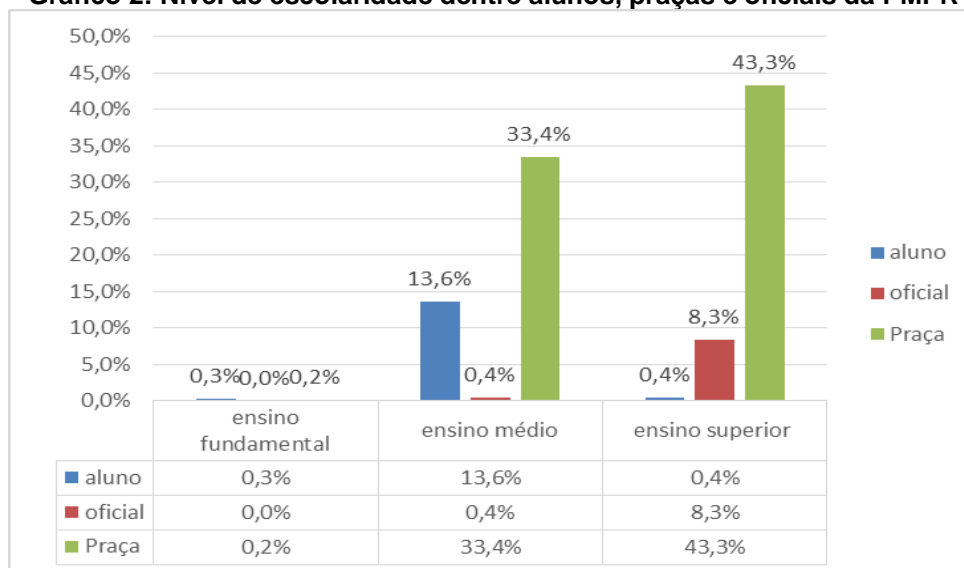


RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
Mayara Naama Beatriz Gregarek

em relação à população paranaense, é nítido o maior nível de escolaridade dos militares, conforme o Gráfico 2. Os graduados em nível superior são predominantes dentre estes, enquanto a população paranaense geral apresentou uma média de 12,2 anos de estudo no ano de 2020, equivalente ao ensino médio completo, considerando que o ensino fundamental é composto por nove anos e o ensino médio por mais três anos (IBGE, 2020).

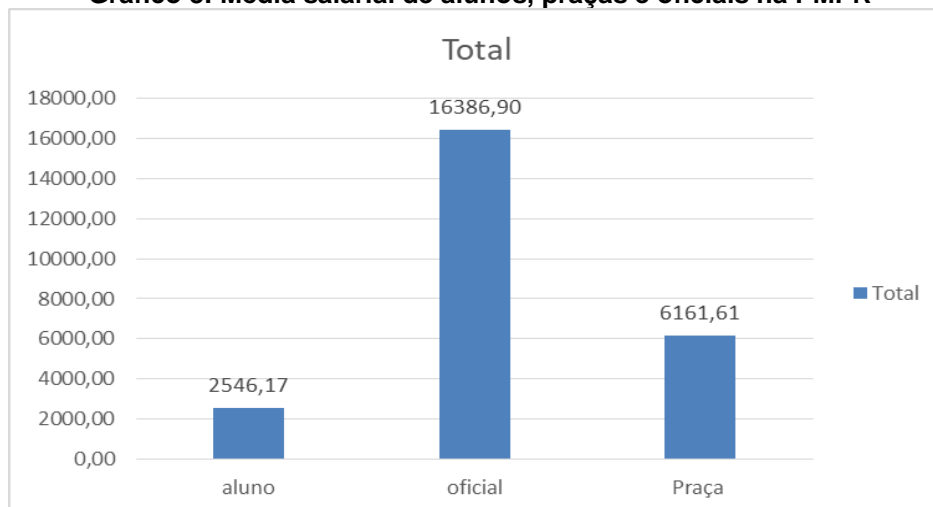
Gráfico 2: Nível de escolaridade dentre alunos, praças e oficiais da PMPR



Fonte: Diretoria de Pessoal da PMPR

No quantitativo do efetivo da corporação, as praças são maioria em relação aos oficiais. Em cada posto e graduação são pagos subsídios distintos, que também aumentam conforme tempo de serviço do militar. O Gráfico 3 exemplifica a remuneração média do universo pesquisado.

Gráfico 3: Média salarial de alunos, praças e oficiais na PMPR



Fonte: Diretoria de Pessoal da PMPR



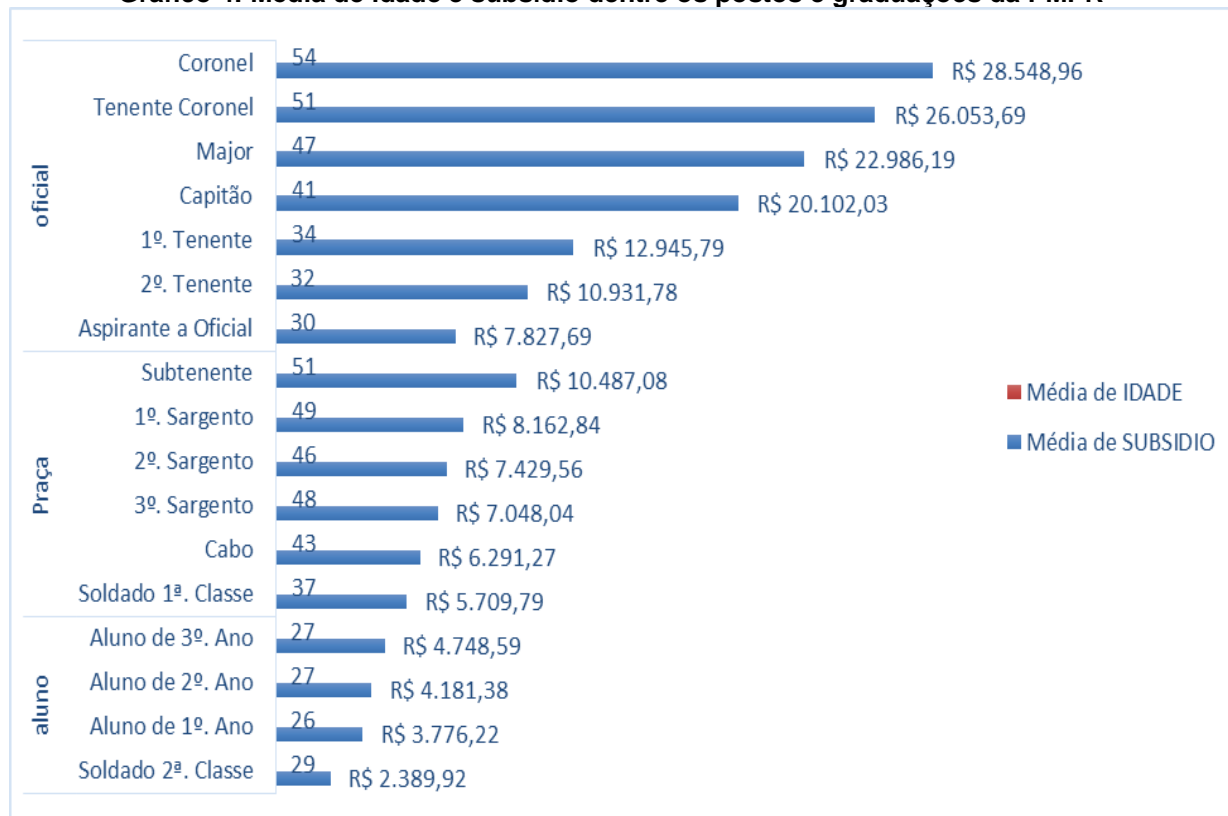
RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
Mayara Naama Beatriz Gregarek

Também foram analisadas as médias de subsídio e idade do universo pesquisado em cada nível hierárquico, conforme o Gráfico 4:

Gráfico 4: Média de idade e subsídio dentre os postos e graduações da PMPR



Fonte: Diretoria de Pessoal da PMPR

Neste gráfico, é possível notar a assimetria de remuneração entre os níveis hierárquicos, considerando que o valor médio recebido pelos soldados é de R\$5.709,79, enquanto pelos coronéis é de R\$28.548,96. Porém, como já mencionado, as praças correspondem à maior parte do efetivo, somando mais de 78%, e a quantidade de tenentes-coronéis e coronéis é ínfima comparada ao efetivo total, correspondendo a 0,6%. Por fim, chegou-se ao valor de R\$6.541,47 como média salarial geral do efetivo total.

Ao analisar o Relatório de Resumo de Descontos Facultativos na folha de pagamento dos militares estaduais, vê-se que, apenas no mês de julho de 2023, havia um total de 43.521 (quarenta e três mil quinhentos e vinte e uma) descontos, ou seja, contratações de consignações bancárias ativas. Considerando que na época da coleta de dados o efetivo de militares estaduais somava 19.712 (dezenove mil setecentos e doze) indivíduos no total, conforme relatório da SEAP, cada um dos militares teria pelo menos 2,2 empréstimos ativos, em média.

Dados do Sistema Automatizado de Consignações do Governo do Estado do Paraná, confirmam, porém, que 3.221 (três mil duzentos e vinte e um) destes servidores não tiveram debitadas



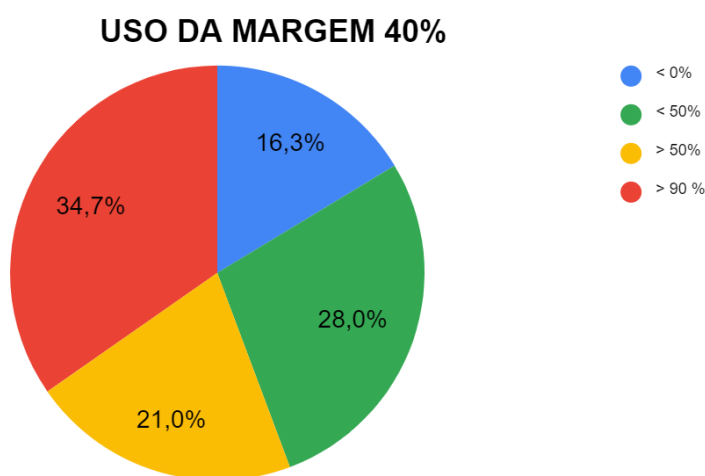
RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
Mayara Naama Beatriz Gregarek

prestações em folha de pagamento no mês de agosto, ou seja, não tinham contratos com nenhuma consignatária. Sendo assim, os tomadores de crédito do universo considerado pelos dados da SEAP correspondem aos 16.491 (dezesesseis mil quatrocentos e noventa e um) indivíduos restantes. Dessa maneira, a média de contratação, por cada militar estadual tomador de crédito consignado sobe para 2,63 empréstimos, quantia relevante que denota alta taxa de adesão a esta modalidade de crédito.

O Gráfico 5 se refere ao uso da margem consignável pelo efetivo militar estadual no mês de agosto de 2023, conforme dados fornecidos pela SEAP.

Gráfico 5: uso da margem consignável de 40% no subsídio pelos policiais da PMPR



Fonte: Secretaria de Administração e Previdência do Paraná

A Tabela 1 demonstra os dados do gráfico de forma mais detalhada. Cada linha da tabela se refere à quantidade de policiais que usam determinada porcentagem da margem consignável. O indivíduo que não faz uso da margem está representado na primeira linha, pois usa menos que 0% da margem disponível. Aquele que faz uso total da margem está classificado na última linha, pois usa 100% dela.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
 UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
 Mayara Naama Beatriz Gregarek

Tabela 1: Uso da margem consignável pelos policiais militares no mês de agosto de 2023

MARGEM 40% - AGOSTO DE 2023	
FAIXA	QUANT
<= 0%	3221
>0%/20%	3435
20/25%	288
25/30%	359
30/35%	307
35/40%	369
40/45%	369
45/50%	384
50/55%	393
55/60%	403
60/65%	375
65/70%	453
70/75%	485
75/80%	728
80/85%	736
85/90%	567
90/95%	766
95/100%	5612
> 100%	462
TOTAL	19712

Fonte: Secretaria de Administração e Previdência do Paraná

É visto que apenas 16,3% do efetivo considerado não faz uso da margem consignável, ou seja, 83,7% têm alguma prestação de consignado sendo descontada em sua folha de pagamento. Portanto, têm parte da renda comprometida com parcelas a vencer de consignações bancárias, o que denota certo grau de endividamento.

Outros 28% da amostra considerada usa até 50% da margem total consignável, ou seja, 8.732 (oito mil setecentos e trinta e dois) militares estaduais comprometem até 20% de sua renda com



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
Mayara Naama Beatriz Gregarek

parcelas de empréstimo consignado. A maioria da amostra total possui mais de 50% da margem consignável empenhada com parcelas de consignações, somando 55,7% do efetivo total.

Ainda mais alarmante é a quantia de 34,7% dos militares estaduais que faz uso mais de 90% da margem consignável, denotando, possivelmente, um grau elevado de endividamento, principalmente ao se considerar que existem outras diversas fontes de crédito disponíveis que podem ser cumulativas a essa.

Conforme o Relatório de Resumo de Descontos Facultativos da DP, a soma de todas as parcelas de contratação de consignados do mesmo mês equivale a R\$19.841.712,40 (dezenove milhões seiscentos e oitenta e nove mil seiscentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos). Considerando que a taxa média de juros do empréstimo consignado esteve em 1,9% ao mês entre os anos de 2020 e 2023 (Folha de S. Paulo, 2024), calcula-se que foram pagos, apenas no mês de julho, cerca de R\$376.992,53 (trezentos e setenta e seis mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e três centavos) de juros aos bancos por estes servidores. Esse valor multiplicado por 12 equivale a uma média de R\$4.523.910,36 (quatro milhões quinhentos e vinte e três mil novecentos e dez reais e trinta e seis centavos) de juros pagos em apenas um ano pelos militares estaduais tomadores de crédito consignado.

Inferese dos mesmos dados, que a média das parcelas dessa modalidade de crédito fica em torno de R\$455,91 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos), valor este obtido da divisão do valor total das parcelas de consignações bancárias debitadas no mês de agosto, correspondente a R\$19.841.712,40 (dezenove milhões seiscentos e oitenta e nove mil seiscentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos) pelo total de contratações ativas, que somavam 43.521 (quarenta e três mil quinhentos e vinte e um).

Considerando que cada policial tomador de crédito tem 2,63 contratações ativas e multiplicando esse valor pela parcela média de R\$455,91, a soma das parcelas mensais equivale a R\$1.199,04 (mil cento e noventa e nove reais e quatro centavos). Este valor médio das parcelas corresponde a 18% do da média salarial da maioria dos militares estaduais tomadores de crédito, tendo em vista o subsídio médio geral.

Analisando a média salarial das praças, R\$6.260,81 (seis mil duzentos e sessenta reais e oitenta e um centavos), inferese que a margem consignável que lhes é disponibilizada corresponde a parcelas mensais no valor total de R\$2.504,32. Esse valor pode ser pago em 96 parcelas, levando em conta o limite estipulado por lei de 40% do salário do servidor mensalmente, e quanto maior a quantidade de parcelas, maior os juros que serão cobrados. É nítida a grande adesão dos militares ao crédito consignado com desconto em folha de pagamento.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
Mayara Naama Beatriz Gregarek

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa buscou analisar o comprometimento da renda dos servidores militares estaduais do Estado do Paraná em relação às consignações bancárias e identificar o perfil sociodemográfico desses tomadores de crédito.

Em resposta à pergunta problema, foi possível concluir que 83,7% da tropa faz uso do crédito consignado, correspondente à margem consignável de 40% do subsídio. Verificou-se também que 28% do efetivo utiliza até metade da margem disponível, que 55,7% consomem mais da metade da margem consignável e por fim, ainda mais alarmante, a parcela do efetivo correspondente a 34,7%, que têm mais de 90% da margem comprometida. Quanto à análise do perfil desses tomadores de crédito, chegou-se à conclusão de que são, em sua grande maioria, homens com idade média de 39 anos, escolaridade de nível superior completo, em média, e subsídio médio de R\$6.541,47.

Sendo assim, foi possível mapear a situação atual do endividamento dos servidores militares estaduais visando, por consequência, servir de arcabouço técnico para futura intervenção institucional concernente ao tema, que vem sendo amplamente discutido no mundo acadêmico e na própria instituição. Para mitigar o problema do endividamento, recomenda-se a implementação de programas contínuos de educação financeira, que poderiam incluir a inclusão formal da disciplina de educação financeira em cursos de formação e a realização regular de palestras temáticas. Essas intervenções visam fortalecer o conhecimento financeiro dos militares, promover práticas de gestão financeira mais saudáveis e, assim, reduzir a dependência de crédito consignado a níveis mais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. H. da S. **O endividamento do servidor público no Brasil: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147460>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ALVES, M. B. E.; CARVALHO, A. B. de. Finanças pessoais: um estudo sobre a relação entre o conhecimento de gestão financeira e o nível de endividamento pessoal. **Revista Valore**, v. 5, p. 340–354, 2020.

BARBOSA, D. S. Análise da viabilidade e relevância da inserção da disciplina de educação financeira nos cursos de formação da Polícia Militar do Estado do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 7, p. 51012–51024, 2022.

BCB. **Empréstimos consignados.** [S. l.]: BCB, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/faqs/p/o-que-e-emprestimo-consignado>. Acesso em: 27 abr. 2024.

BCB. **Estou endividado.** [S. l.]: BCB, 2024a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/endividado>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BCB. **Tome consciência das dívidas: conheça e liste as suas dívidas.** [S. l.]: BCB, 2024b. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/cidadania_dividas. Acesso em: 29 jun. 2024.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
Mayara Naama Beatriz Gregarek

BRASIL. **Decreto n. 7397**. Brasília: Casa Civil, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.820Compilado.htm. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. **Lei n. 14.131, de 30 de março de 2021**. Dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021; e altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991. 30 mar. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2021/Lei/L14131.htm. Acesso em: 19 maio 2024.

CALADO, L. R. *et al.* **Material oficial de estudos - CPA-10**. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <https://materiais.anbima.com.br/material-estudos/cpa10/conceitos-basicos-economia-financas>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira**. São Paulo: Editora Sextante, 2015.

CLAUDINO, L. P. *et al.* Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, [S. l.], 2009. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1029>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CNC. PEIC. **Pesquisa CNC – Pesquisa PEIC**. [S. l.]: CNC, 2024. Disponível em: <https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

DEATON, A. **Understanding Consumption**. Oxford: OUP Oxford, 1993.

FOLHA DE S. PAULO. Novos juros do consignado do INSS entram em vigor nesta quinta (6): veja taxas. **Folha de S. Paulo**, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/novos-juros-do-consignado-do-inss-entram-em-vigor-nesta-quinta-6-veja-taxas.shtml>. Acesso em: 29 jun. 2024.

FRADE, C. C. F. **A regulação do sobreendividamento**. 2008. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/7464>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FRANCO, N. Pesquisa revela que 58% dos brasileiros não se dedicam às próprias finanças. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-03/pesquisa-revela-que-58-dos-brasileiros-nao-se-dedicam-proprias-financas>. Acesso em: 19 abr. 2024.

GARMAN, E. T.; FORGUE, R. E. **Personal finance**. 9. ed. [S. l.]: Houghton Mifflin Company, 2008.

GUIMARÃES, S.; GONÇALVES, R. M. L.; MIRANDA, I. de A. **Propensão ao risco de endividamento excessivo dos servidores federais**: um estudo na Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba. [S. l.: s. n.], 2015.

IDEC. **Os impactos do crédito consignado no endividamento de aposentados do INSS**. [S. l.]: IDEC., 2021. Disponível em: <https://guiadosbancosresponsaveis.org.br/estudos-de-caso/2021/os-impactos-do-credito-consignado-no-endividamento-de-aposentados-do-inss/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Crédito: modo de usar - inadimplência alta destaca importância da educação financeira. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 77, n. 8, p. 1–4, 2023.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA E SEUS IMPACTOS NO COMPROMETIMENTO FINANCEIRO:
UMA ANÁLISE DOS MILITARES ESTADUAIS PARANAENSES
Mayara Naama Beatriz Gregarek

JESUS, C. A. de. Relato de caso: os efeitos de palestras no interesse e conhecimento autopercebido sobre qualidade de vida e educação financeira entre policiais militares. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 10, p. e4104213, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4213>. Acesso em: 19 maio 2024.

KAMINARI, M. T. **Análise do crédito consignado para os militares estaduais da PMPR sobre o mês de fevereiro dos anos de 2020 e 2022 referente as consignatárias AVM e Banco do Brasil.** [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <http://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/205035>. Acesso em: 19 maio 2024.

KULKA, D. A. **O endividamento pessoal na Polícia Militar do Paraná: os impactos na atividade policial.** [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <http://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/194725>. Acesso em: 19 maio 2024.

LIMA, R. S. de et al. **Raio-x das forças de segurança pública no Brasil.** [S. l.]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/237>. Acesso em: 19 maio 2024.

LOPES, M. A. Endividamento x planejamento financeiro pessoal: um estudo com policiais militares do estado da Paraíba. TCC (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br>. Acesso em: 19 maio 2024.

PARANÁ. **Lei Estadual n. 20.740, de 05 de outubro de 2021.** Dispõe sobre as normas pertinentes aos descontos e consignação em folhas de pagamento de servidores civis e militares, ativos e inativos, assim como de Pensionistas de geradores de pensão do Estado do Paraná, e dá outras providências. 5 out. 2021.

SERASA. **Cadastro Positivo.** [S. l.]: Serasa, 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/cadastro-positivo/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SILVA, J. P. da. **Gestão e análise de risco de crédito.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, J. R.; CAVALHERO, A.; TREVISAN, R. L. Pesquisa de diagnóstico: o endividamento de servidores públicos estaduais com empréstimos consignados e seus efeitos para o Programa de Cidadania Financeira de Santa Catarina. [S. l.: s. n.], 2017.

SPC. Endividamento: saiba como transformar a sua realidade financeira. [S. l.]: SPC, 2024. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/blog/endividamento>. Acesso em: 29 jun. 2024.

THALER, R. H. **Misbehaving: the making of behavioral economics.** New York; London: W.W. Norton & Company, 2016.

TIME SERASA. **Tipos de empréstimos e suas diferenças:** Serasa Crédito, [S. l.]: Serasa, 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/credito/blog/tipos-emprestimo/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

WOJCIECHOWSKI, W. **O endividamento dos cadetes da PMPR:** o perfil e as características das dívidas desses militares. TCC (Graduação em Segurança Pública e Cidadania - Curso de Formação de Oficiais Policial Militar - CFO PM) - APMG, São José dos Pinhais, 2023. Disponível em: <http://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/207903>. Acesso em: 19 maio 2024.